

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: época

Data: 23/6/2001 Pg 84-85

Class.: 41



ECONOMIA E NEGÓCIOS

Keystone/Rex Features

RACIONAMENTO

Licença para desmatar

O governo prepara pacote para reduzir exigências ambientais e facilitar a construção de usinas térmicas e hidrelétricas

Na corrida contra o apagão, o governo federal mostra-se decidido ao vale-tudo. Foi assim na tarde da quarta-feira, em Brasília, durante a reunião da Câmara de Energia do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), na qual Eduardo Novaes, do Ministério do Meio Ambiente, apresentou um projeto para acelerar a aprovação de "empreendimentos energéticos de baixo impacto ambiental".

Na prática, o governo pretende reduzir as exigências previstas nas leis ambientais para a construção emergencial de hidrelétricas, termelétricas e redes de transmissão de energia. Ao ouvir a proposta, o ambientalista André Lima teve um choque. Ele estava no fundo da sala. Assistia à reunião do Conama na condição de assessor jurídico do Instituto Socioambiental, uma organização não-governamental com sede em

São Paulo. Há duas semanas ouvira falar de uma revisão das normas ambientais para apressar a criação de mais fontes de energia. Mas surpreendeu-se com a pressa em aprovar o projeto, sem debates - deverá ir à votação no Conama nesta quarta-feira.

O governo planeja extinguir a exigência de atestado de impacto ambien-

tal para termelétricas que usem um combustível menos poluente, como gás no lugar de carvão. Vai também suprimir o ritual de audiências públicas que precedem o licenciamento de obras energéticas. No dia seguinte ao da reunião do Conama, os ambientalistas encontraram-se com o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. O ministro

Maurício Claret/FOCA



Luiziré/FOCA



PROPOSTA
Tasso Jereissati (à esq.), do Ceará, e Albano Franco, de Sergipe, querem reduzir os pagamentos à União

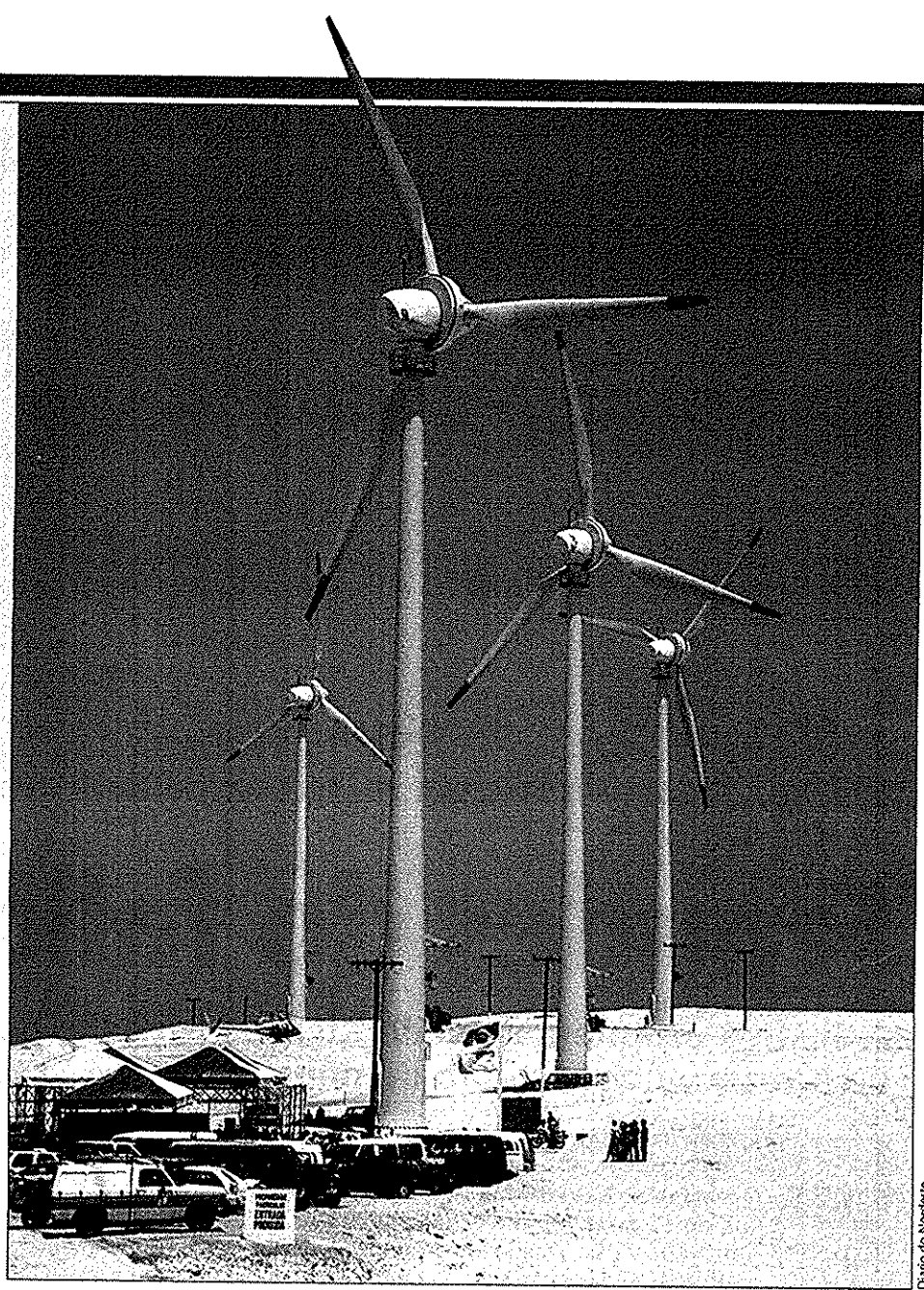


CRISE Ambientalistas podem ir à Justiça contra regras ecológicas mais flexíveis para obras energéticas de emergência. Temem o aumento da devastação de florestas e mananciais próximos às grandes cidades. Empresas de energia já planejam investimentos em projetos limpos, como o sistema de energia eólica de Fortaleza, no Ceará (à dlr.)

avisou: "Prestem atenção ao que vai ocorrer na Câmara de Energia". Lima, do Instituto Socioambiental, saiu pessimista: "Vai acabar acontecendo a aprovação automática de quase todos os empreendimentos energéticos, inclusive os localizados perto de cidades, que ameaçam mananciais e as poucas áreas florestais ainda intocadas".

Hélcio de Souza, antropólogo do Instituto de Estudos Socioeconômicos, de Brasília, concorda com Lima. "O rebaiamento das exigências vai 'facilitar' o trabalho da máquina fiscalizadora do Ministério do Meio Ambiente, que está sucateada e trabalha quase sem verbas", diz. O orçamento do ministério de Sarney Filho é de R\$ 781,9 milhões, mas até 25 de maio só 2,78% desse dinheiro havia sido efetivamente liberado pelo Tesouro.

É certo que houve exageros em nome da proteção ambiental. Há casos



como o de uma hidrelétrica do grupo Votorantim no Rio Ribeira, na fronteira de São Paulo com o Paraná. O empreendimento está no papel há 13 anos por restrições ambientais.

Se confirmada, a redução das exigências ambientais para projetos energéticos poderá abrir mais uma frente de batalha jurídica no campo da política federal para o racionamento. A primeira foi com o Judiciário e as entidades de defesa do consumidor. Agora deverá ser com as organizações ambientalistas. A próxima, já previsível, vai envolver os governos estaduais.

Na semana passada, o presidente Fernando Henrique reuniu-se com gover-

nadores nordestinos para debater a seca e o racionamento de energia na região. Ouviu dos governadores da Bahia, César Borges, de Sergipe, Albano Franco, e do Ceará, Tasso Jereissati, uma só proposta: reduzir pela metade o pagamento das dívidas dos Estados com a União e, em troca, dividir com os governos locais o ônus político da administração da crise. Na essência, a oferta é semelhante à feita, semanas atrás, pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, candidato à sucessão presidencial. Fernando Henrique ouviu os governadores nordestinos. Deixou-os com sorrisos. Mas sem respostas. ■

COM REPORTAGEM DE ROBERTO LOPES

Diário do Nordeste